

HEGEMONIA NEOLIBERAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ADOECIMENTO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE OURINHOS – SP

Adilson Toledo Bernardes¹
adilson.mariachi@gmail.com

RESUMO

As transformações recentes da estrutura produtiva do capitalismo trouxeram novas roupagens ideológicas e políticas ao seu processo de reprodução societal, nesse contexto as reformas neoliberais da educação surgem e trazem consequências para o trabalho exercido pelos profissionais envolvidos, dentre estes, os docentes da educação básica. O governo do Estado de São Paulo incorpora essa ideologia e passa a adotar diversas práticas que sucateiam o ensino público e precarizam o trabalho docente, em nome de um projeto educacional que está em concordância com os ditames da lógica hegemônica. Esse quadro tem consequências para a reprodução material do professorado e até mesmo para a saúde dos trabalhadores em questão, como buscamos evidenciar a partir dos professores da rede Estadual da cidade de Ourinhos-SP.

PALAVRAS-CHAVES: Professor, Precarização, Saúde do Trabalhador, Neoliberalismo

ABSTRACT

The recent transformations of capitalism's productive structures brought new ideological and political aspects to its societal reproduction process in this context the neoliberal reforms of education arise and bring consequences for the work performed by the professionals involved, among them, the teachers of basic education. The government of São Paulo incorporates this ideology and will adopt various practices that degrade public education and make precarious teaching work on behalf of an educational project that is in agreement with the dictates of hegemonic logic. This picture has consequences for the material reproduction of the teachers and even to the health of workers to be targeted, as we search to evidence from the State school teachers in the city of Ourinhos-SP.

KEYWORDS: Teacher, Precarization, Occupational Health, Neoliberalism

RESUMEN

Las recientes transformaciones de la estructura productiva del capitalismo traen consigo nuevos aspectos ideológicos y políticos a su proceso de reproducción social, en este contexto, las reformas neoliberales de la educación surgen y traer consecuencias para el trabajo realizado por los profesionales implicados, entre ellos, los maestros de educación básica. El gobierno de São Paulo incorpora esta ideología y adoptará diversas prácticas que degradan la educación pública y hacen trabajo de los docentes precarios 'en nombre de un proyecto educativo que está de acuerdo con los dictados de la lógica hegemónica. Este escenario tiene consecuencias para la reproducción material de los profesores e incluso a la salud de los trabajadores afectados, a medida que tratamos de integrar a los maestros de escuelas públicas en la ciudad de Ourinhos-SP.

PALABRAS CLAVE: Maestro, Precariedad, Salud Ocupacional, Neoliberalismo

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por diversas transformações em

¹ Bacharel em Geografia pela UNESP – Campus de Ourinhos.

diversas esferas da sociedade, a revolução tecnológica permitiu substanciais avanços nos campos das telecomunicações e tecnologias da informação o que, aliado dialeticamente a um rápido desenvolvimento do capitalismo sobre as fronteiras econômicas mundiais, propiciou uma mundialização hegemônica do sistema.

Essa reestruturação do capitalismo em escala global é acompanhada de uma reestruturação produtiva, obviamente marcada pelos mesmos ditames de fluidez, competitividade, eficiência e lucratividade. O novo cenário econômico foi apoiado ideologicamente pela retomada das ideias liberais sob uma nova roupagem, o neoliberalismo.

De acordo com Antunes (2009):

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009. p. 31).

Nesse cenário se evidencia também “uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo” (ANTUNES, 2009. p. 33). Nota-se então a precarização e a flexibilização das relações de trabalho como um dos elementos mais presentes nessa nova fase de acumulação capitalista, ademais aqueles que se encontram sob o jugo do Estado, agora considerado um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

O trabalho docente se configura então como um elemento central a essa nova etapa. Primeiramente por estar inserido na dinâmica societal capitalista; em segundo lugar, por estar diretamente relacionado a escolarização dos trabalhadores; e, por fim por estar em um nicho de mercado cada vez mais explorado e visado aos investimentos do grande capital global, a Educação.

Um dos elementos que podem auxiliar na compreensão do atual quadro da educação pública estadual e, conseqüentemente, da precarização do trabalho docente na rede pública é a escalada da ideologia neoliberal no Brasil, e em particular no Estado de São Paulo. A partir do entendimento das funções do Estado neoliberal, e do papel da educação pública na consolidação desse projeto societal, pode-se descortinar as facetas da realidade precária do trabalho dos docentes inseridos nesse panorama e seus impactos para a saúde dos trabalhadores em questão.

ESTADO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O surgimento do Estado neoliberal é um processo histórico que se inicia após a crise da acumulação Fordista, e vem com o objetivo de reestimar a acumulação de capital que estava em crise. As bases centrais desse novo modelo de Estado se apoiaram nas ideologias liberais e suas conseqüentes práticas de mercado.

O Resgate das ideologias liberais e a aplicação de seu receituário, no que respondia pelo nome de “neoliberalismo” vai ser colocado como lugar comum nas diretrizes do pensamento e da administração econômica de diversas áreas do mundo. E terá como expoentes teóricos Milton Friedman e Friedrich Hayek. Para tais pensadores apenas a lei do livre-mercado poderia elevar as condições de vida da população, e para tal objetivo, o Estado de bem-estar deveria cessar com suas intervenções na economia e no mercado.

Para Harvey (2012):

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir a direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. *Além disso se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado.* Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2012, p. 12 grifo nosso).

Nesse sentido, as práticas propostas pela ideologia neoliberal dependem de uma intensa mercantilização das relações humanas, em todos os âmbitos possíveis, já que para tal discurso a lógica do mercado e das trocas econômicas é capaz de elevar o padrão de vida dos indivíduos, tornando-se não apenas uma falácia econômica, mas também uma ética a ser seguida por todos (HARVEY, 2012).

Entendendo a educação como um elemento central na sociedade capitalista, e

verificando o processo de globalização e reestruturação produtiva que se aprofundava, a educação continua a se configurar como um campo de atuação de extrema rentabilidade ao capital, e de extrema importância à concretização de um projeto societal neoliberal.

Nesse sentido, a relação entre trabalho e educação passa a ser um elemento ainda mais importante para o adequado funcionamento do sistema, e a “reforma educacional”, em todos os níveis, mas, principalmente na educação básica se torna um pré-requisito aos países em desenvolvimento, como o Brasil, que desejam atingir o status de “países desenvolvidos” (FRIGOTTO, 1998).

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), tais reformas tiveram sua origem no centro do sistema e são organizadas por entidades supranacionais vinculadas ao mercado internacional, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Essas “reformas” são incorporadas nas políticas educacionais brasileiras e são justificadas, pelos liberais, graças ao fato de que a escola não ser plenamente regulada pelos princípios do livre mercado. Logo, o modelo de ensino passa a absorver características empresariais que corroborem com as demandas do grande capital, onde a diversidade de competências, o investimento no “capital humano” e a empregabilidade passam a ser o carro-chefe da formação do cidadão brasileiro.

Como aponta Sanfelice (2010):

A continuidade dos governos tucanos no Estado de São Paulo tem viabilizado uma certa política educacional na qual, do governo Covas ao governo Serra, há um projeto em execução: formar cidadãos competitivos que tenham conhecimentos e destrezas para participarem da vida pública. Para tal objetivo o currículo atual torna-se a cartilha do professor. (Sanfelice, 2010, p. 156).

O Estado de São Paulo, a partir de 1995 e em toda a primeira década do Século XXI, até o presente momento, durante os sucessivos mandatos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), aplicará o receituário neoliberal de uma forma bastante aprofundada, com resultados bastante perceptíveis no que diz respeito a forma de organização da rede pública de educação e do trabalho nela realizado.

Além dos aspectos ideológicos, há também elementos administrativos que se fazem presentes na atuação do Estado, e mais precisamente nos repetidos governos paulistas. A redução dos gastos e investimentos em políticas públicas do Estado é levada adiante apoiada na ideologia neoliberal e serve para justificar a diminuição do papel do Estado na prestação de serviços à população.

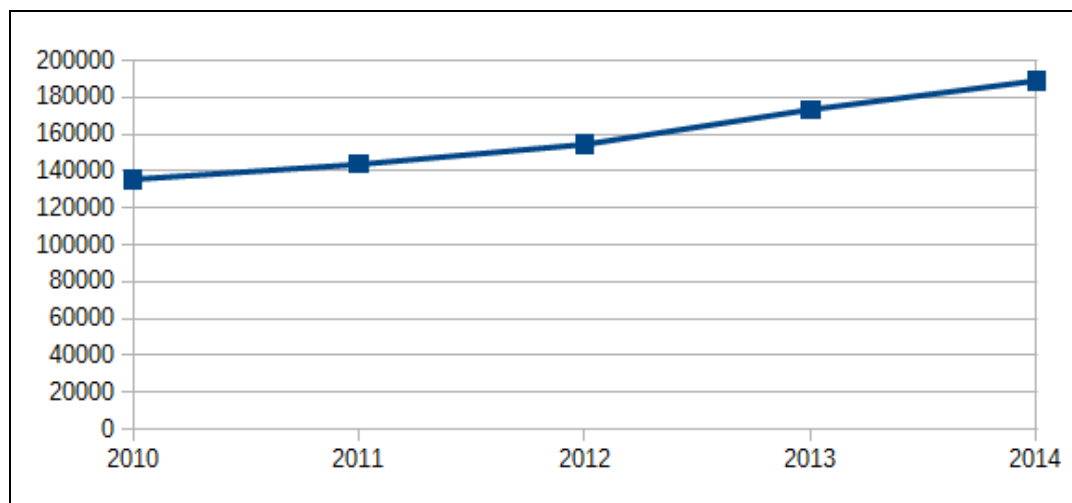


Gráfico 1: Evolução das receitas do Estado de São Paulo – 2010 a 2014 (em milhões de R\$)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

A análise do Gráfico 1, demonstra uma evolução crescente das receitas do Estado de São Paulo nos últimos quatro anos, um crescimento de 39,45% se compararmos as receitas de 2010 e 2014. Por outro lado, a análise do montante destinado a investimentos em Educação (Gráfico 2) demonstra um cenário oposto, nos mesmos quatro anos a redução de investimentos na Educação chega a 53,67% se comparados os investimentos de 2010 (1.243 bilhões de R\$) e de 2014 (556 milhões de R\$) separadamente. A queda nos investimentos de 2013 para 2014 foi de 37,5%.

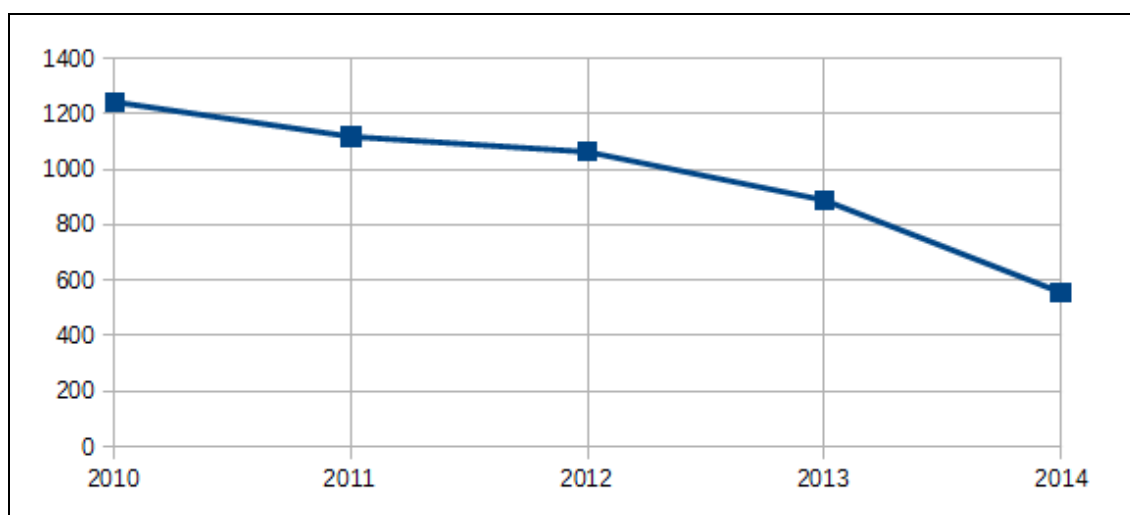


Gráfico 2: Evolução das despesas com investimento em Educação 2010-2014 (em milhões de R\$)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

As consequências do cenário exposto apenas para os últimos quatro anos podem ser demonstradas nas condições atuais de trabalho dentro das escolas, uma vez que a

ausência de investimento acaba por definir uma política de sucateamento da educação, justificada pela redução do papel do Estado na prestação de serviços públicos e da redução de gastos com serviços essenciais à população. Ademais, na Tabela 1, a presença de um grande contingente do total de Professores no Estado (49,5%) em situação não efetiva de emprego revela um quadro de extensa precarização e flexibilização do trabalho dentro da Educação Pública de São Paulo. Se analisarmos cada categoria separadamente o quadro se complexifica, uma vez que os Professores de Educação Básica I (PEB I) são compostos em sua grande maioria por profissionais em condições flexíveis de emprego (67% do total). Para os Professores do Ensino fundamental II e Médio (PEB II) os contratos não efetivos chegam a 44% do total.

| Atuação | Efetivos | % | Não Efetivos | % | Total por Cargo |
|---------|----------|----|--------------|----|-----------------|
| PEB I | 21530 | 33 | 42161 | 67 | 63691 |
| PEB II | 96232 | 56 | 73204 | 44 | 169436 |

Fonte: CGRH, 2013
Org. BERNARDES, 2014

Dentre as características dessa diretriz neoliberal destaca-se a adoção de um currículo único e fechado, a utilização de um material instrucional padronizado para todo o Estado de São Paulo e o acompanhamento dos resultados por supervisão cerrada através de diversas avaliações internas e externas, tais como o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

Para além disso, os resultados das avaliações são usados pelo Governo como critério para concessão de vantagens salariais (bônus) e segregações setoriais dentro da categoria docente (OFA, Categoria F e O), utilizando o incentivo monetário como forma de estimular o aumento da produtividade do trabalho e da implementação da referida Proposta Curricular e reforçar na subjetividade do trabalhador as noções de individualidade e meritocracia tão caras à ideologia neoliberal.

Assim, o Estado brasileiro e, mais especificamente, o Governo do Estado de São Paulo deixa de cumprir sua função essencial de zelar e administrar serviços básicos à população e se torna um grande representante dos objetivos e demandas do capital internacional, privilegiando as relações de troca em todas as esferas sociais.

A partir desse panorama de neoliberalização do Estado e de suas estruturas e das consequências desse processo para a Educação Pública, podemos iniciar a reflexão acerca dos impactos do modelo neoliberal de Estado sobre o trabalho docente. Partindo do princípio de que a ação docente configura um campo de extrema importância nesse cenário

por duas razões. Primeiramente: “O trabalho docente deve ser compreendido como qualquer tipo de trabalho constitutivo da dinâmica da produção e reprodução social circunscrita às formações sociais capitalistas” (GONZÁLEZ; SALLES, 2008, p.221). E em segundo lugar: “O trabalho docente é essencial para a escolarização dos indivíduos na sociedade Capitalista” (GONZÁLEZ E SALLES, 2008, p.221).

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A SAÚDE DO TRABALHADOR

As transformações impostas pela hegemonia neoliberal sobre a educação pública precarizam o trabalho docente que passa a ser regulado por “avaliações externas, dificultando e impedindo o processo emancipatório, cabendo ao professor o papel de mero aplicador de receitas prescritas por “intelectuais” da educação compromissados com as reformas neoliberais e as políticas homogeneizadoras” (FIAMENGUI, 2009 p.18).

Tais elementos demonstram o aprofundamento das políticas de cunho neoliberal e a forma como elas são utilizadas para capitanear a educação pública e alienar o trabalho docente, reduzindo ainda mais o controle e a liberdade dos professores de exercer sua autonomia e alienando os frutos do trabalho educativo em favor de interesses hegemônicos. Como aponta Thomaz Jr. (2012), “a reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado” (THOMAZ JR, 2012 p.9).

Assim, não é muito difícil estabelecer paralelos nas condições de trabalho docente da rede estadual e os paradigmas mais recentes de exploração do trabalho no sistema capitalista, uma vez que:

Os professores são vistos socialmente como meros funcionários da escola, destituídos da liberdade da cátedra necessária para sua atuação como mediadores entre o conhecimento e as futuras gerações em formação e, por vezes, culpabilizados pelos problemas de seu local de trabalho (COSTA, 2009 p.65).

Além desse panorama, nota-se na categoria docente uma tendência crescente de Flexibilização do Trabalho, com destaque a perda de direitos trabalhistas, trabalho sem estabilidade, arrocho salarial e pluralização dos professores em camadas com cada vez menos seguridade, como fica evidente no caso dos professores da Categoria F e O.

Os professores da “Categoria F” foram estabilizados no emprego pela Lei Complementar nº 1.010/2007, no entanto ainda não possuem estabilidade garantida no que diz respeito a constituição de sua Jornada de Trabalho, recebendo um salário equivalente a 12 horas semanais, podendo ampliá-las de acordo com a disponibilidade de aulas na rede.

É chamado de “Categoria O” o professor contratado em regime temporário nos termos da L.C. 1.093/2009. A contratação do professor é feita após a aprovação do mesmo em um processo seletivo simplificado que visa cobrir as faltas de profissionais na rede estadual. Para fins previdenciários, esse professor fica vinculado ao INSS e sua assistência médica se dá pelo SUS, não pelo IAMSPE² (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual). O contrato só pode ser feito quando houver necessidade da prestação do serviço e, no caso do magistério, isso se dá apenas após a atribuição de aulas e antes do término do ano letivo.

É uma forma de contratação que exige o professor de uma maior seguridade no emprego, uma vez que seu contrato visa preencher lacunas que surgem na rede estadual, tanto em decorrência da necessidade de substituição de Professores Titulares Efetivos, como da constante falta de profissionais na rede de ensino. Os professores contratados nesse regime prestam serviço por no máximo 12 meses, sendo renovável por até mais doze meses. Em outras palavras, o Professor nessa situação de emprego não tem garantias de que poderá cumprir toda a vigência do contrato, uma vez que a regulação dos contratos é efetivada pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e as rescisões de contrato não contam com indenizações para o Trabalhador.³

Nesse sentido, aflora aí mais uma faceta do paradigma neoliberal das últimas gestões do Governo do Estado de São Paulo, a tendência a reduzir custos com o pagamento dos Professores. A contratação Temporária exige o Estado do pagamento de diversos direitos trabalhistas aos professores temporários, e os deixa sob uma situação de fragilidade e insegurança sempre que os contratos se extinguem. É muito comum para essa Categoria o fato de não recebem salário nos meses que sucedem ao fim de seu contrato. Um dos professores da Categoria “O” revelou, durante uma entrevista, uma situação delicada de precarização decorrente da flexibilização das relações de trabalho a qual estava submetido:

Estou há três meses sem salário por que meu contrato foi extinto no final do ano passado, como não tenho outra profissão acabo voltando pra sala de aula para cobrir a falta crônica de professores na rede, depois de cumprir a quarentena de 40 dias entre um contrato e o outro. O maior problema é que minha contas não param de chegar, o salário por outro lado uma hora não vem... (Professor B, contratado em regime Temporário há mais de três anos seguidos).⁴

² O acesso ao IAMSPE ainda não foi regulamentado pelo Governo de São Paulo, está em tramitação o Projeto de lei Complementar nº 3 / 2012 que dá o direito a esse benefício aos Professores Temporários.

³ Para maiores detalhes, consultar Lei Complementar nº 1.093/2009, o Decreto nº 54.682/2009 e o Projeto de Lei Complementar nº 34/2013.

⁴ Informação Verbal obtida a partir de entrevista qualitativa com 7 professores na cidade de Ourinhos – SP.

Além disso, precarização do trabalho docente na rede estadual paulista pode ser percebida por diversos fatores como a jornada integralizada, decorrente dos baixos salários, a itinerância dos professores, a cobrança de instâncias superiores para uma elevada aprovação dos alunos, em uma clara ideia de “educação em números”.

As consequências desse quadro de precarização podem também ser evidenciadas nos problemas de saúde que acometem os profissionais, já que muitos desenvolvem patologias físicas e mentais, diretamente relacionados com um quadro de sucateamento da Educação e, conseqüentemente, do trabalho docente.

Assim, às formas de trabalho flexível, marcadas por uma quebra drástica dos direitos trabalhistas, como é o caso das contratações temporárias (Categorias “F” e “O”), acrescenta-se um outro elemento de flexibilização e precarização do trabalho: as perdas salariais e o processo de desvalorização da profissão docente.

Nesse sentido, as circunstâncias materiais sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para realizar seu trabalho e atingir os objetivos da produção escolar, sob o paradigma neoliberal, podem gerar “sobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas”(GASPARINI et al. 2005), ocasionando assim um processo adoecimento do professorado em função da precarização do trabalho.

De acordo com Gasparini et al. (2005), é pertinente defender que o sistema escolar transfere ao profissional docente a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na estrutura escolar e da Secretaria da Educação, a qual estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação e contrata um efetivo insuficiente, levando a políticas de Flexibilização e Precarização do Trabalho.

Para Antunes:

... presenciamos o crescimento da erosão do emprego contratado e regulamentado, que foi dominante no século XX – o século do automóvel, dominado pelo Taylorismo e Fordismo –, proliferando as diversas formas de trabalho terceirizado, quarteirizado, *part time*, desprovido de direitos. Temos então a erosão dos empregos e a corrosão do trabalho. (ANTUNES, 2013 p.22).

A partir das reflexões colocadas anteriormente, podemos buscar evidenciar os problemas de saúde que acometem os profissionais docentes, já que muitos desses podem desenvolver patologias, físicas e mentais, que estão diretamente relacionadas com o quadro de sucateamento da Educação e, conseqüentemente, de precarização do trabalho docente.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre o adoecimento dos trabalhadores e a precarização do trabalho uma vez que:

Os adoecimentos laborais expressam uma das formas prementes de precarização do trabalho nas condições do capitalismo global: a

precarização do homem-que-trabalha (no sentido de homem como ser humano-genérico). A crise estrutural do capital é também crise de (de)formação do sujeito de classe, determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho (ALVES, 2013 p.13).

O Quadro apresentado pelos professores da rede estadual no município de Ourinhos (Gráfico 3), revela sintomas decorrentes da função com um destaque ao Cansaço (80%), a Ansiedade (72%), o Nervosismo (62,5%) e o Esquecimento (60%).

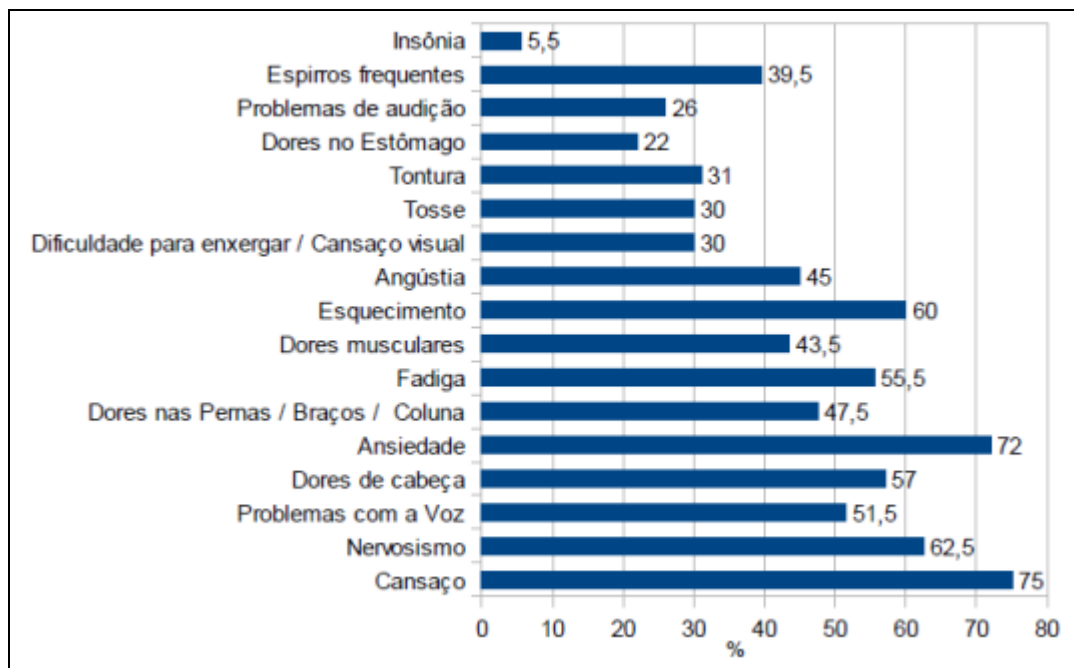


Gráfico 3: Principais sintomas relatados pelos Professores (Cidade de Ourinhos – SP)
Elaborado por: BERNARDES, 2014

Os elementos citados corroboram com as afirmações de Gasparini et al. (2005) de que as condições concretas de trabalho, ou seja, as circunstâncias materiais sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas cognitivas e afetivas para realizar seu trabalho, para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar “sobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas”, ocasionando assim um processo adoecimento do professorado em função das facetas da precarização do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com dados levantados junto a docentes da rede estadual que trabalham na cidade de Ourinhos, pôde-se verificar alguns aspectos degradados das condições de trabalho na rede estadual de São Paulo, como a integralização da jornada de trabalho, na escola e no domicílio; a desvalorização histórica dos salários; a segregação por categorias nos diferentes formatos do plano de carreira; a subcontratação vivida pelos eventuais e

contratados anualmente; os planos de bonificação por mérito; as cada vez mais frequentes avaliações internas e externas de desempenho, que acabam por ferir a autonomia dos profissionais.

Cansaço físico, stress, dores de cabeça, dores nas pernas, problemas gástricos, problemas na voz e psicopatologias como depressão e problemas de insônia são patologias relatadas pelos professores e podem ser levadas em conta como um importante indicador da precarização do trabalho nas escolas públicas.

Os aspectos levantados são resultados de um conjunto de políticas que acabam por desvalorizar o trabalho docente, ao mesmo tempo em que cobram uma elevada “produtividade”, ponto básico da lógica de produção capitalista, que foi transposto para a Educação, a fim de atender a demandas do modo de produção vigente.

Portanto, entender e evidenciar a precarização do trabalho docente pode servir de base para uma crítica consistente da ideologia neoliberal e suas influências negativas para o processo educativo emancipatório e para o mundo do trabalho.

REFERENCIAS

ALVES, Giovanni. Prefácio. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O Avesso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 13-18.

ANTUNES, Ricardo L. C, **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Ed. - São Paulo, SP – Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A Corrosão do Trabalho e a Precarização Estrutural. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O Avesso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. Cap. 1. p. 21-27.

COSTA, Áurea; NET, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. 144 p..

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação do trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea; NET, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

FIAMENGUI, Gustavo. **Impactos do Projeto São Paulo Faz Escola no trabalho do Professor**. Santos, SP – 2008. Dissertação de (Mestrado em educação) Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação da Universidade de Santos.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito.** in: “Educação e crise do Trabalho: perspectivas de final de século”. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do Mercado” Vol. 24 n° 82. Campinas. **Educ Soc**, pg. 93 – 130, abril, 2003.

GASPARINI, S. M. et al. “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde” **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GONZÁLEZ, Jorge L. & SALLES, Fernando C. Trabalho docente na era das incertezas in: **Trabalho economia e educação: perspectivas do capitalismo global** pg. 205 – 231, 1ª Ed. 2008.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HÖFLING, Eloisa M. “Estado e Políticas (Públicas) Sociais” in: **Caderno CEDES** – ano XXI, n° 55 – pp. 30 a 41 – Campinas, Novembro/2001.

SANFELICE, José L. “A Política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos” in: **Nuances: estudos sobre Educação.** Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010.

SOUZA, Gilberto. Das luzes da razão à ignorância universal. In: COSTA, A. et al. **A proletarianização do Professor: Neoliberalismo na Educação.** 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. p. 101-142.

THOMAZ JR, Antonio. “Degradação E Centralidade Do Trabalho: As Contradições Da Relação Capital X Trabalho E O Movimento Territorial De Classe” in: **Revista Pegada** – vol. 13 n.2, Presidente Prudente, SP – Dez/2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/170>HARVEY, David. “O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. em: 22/05/2104.